

INCÊNDIO EM ALDEIA NA TERRA INDÍGENA DO XINGU, NO NORDESTE DE MATO GROSSO

AMAZONIA REAL/TAKUMA KUIKURO/FOTOS PÚBLICAS



MANIFESTAÇÃO EM MANAUS

ALBERTOCÉSAR ARAÚJO/AMAZÔNIA REAL/FOTOS PÚBLICAS

9 POVOS TUPINAMBÁ E PATAXÓ MARCHARAM CONTRA O MARCO TEMPORAL E PELA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

TIAGO MIOTTO/CIMI/FOTOS PÚBLICAS



ATO COM MORADORES DAS ALDEIAS GUARANIS DO JARAGUÁ

ELINEUDO MEIRA/FOTOS PÚBLICAS

ANTI-INDÍGENAS GANHARAM AUTORIDADE A PARTIR DO GOLPE

Os governos do PT foram marcados pelo compromisso em assegurar os direitos à autonomia e diversidade dos povos indígenas e, em simultâneo, garantir o acesso a serviços públicos. A luta dos indígenas garantiu, neste período, a homologação de 22 milhões de hectares em 108 terras indígenas e a adoção de mesas de diálogo, para construir solução pacífica de conflitos. Houve a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, para reformular a gestão da saúde indígena, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs, e a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto 7.747/ 2012), com o objetivo de proteger, recuperar e garantir o uso sustentável dos territórios indígenas. Vale lembrar ainda os 342 profissionais do Mais Médicos atuando nos DSEIs, as 3 mil escolas indígenas entregues, os mais de 16 mil indígenas universitários, as 30 mil famílias indígenas atendidas pelo Luz para Todos, e os 332 mil indígenas beneficiados pelo Bolsa Família. Ademais, em 2015, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista e o Brasil sediou a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

O golpe recaiu de forma intensa sobre os direitos, a vida e a luta dos povos indígenas. Com Temer, ganhou força, no Congresso Nacional, uma pauta anti-indígena patrocinada pela bancada ruralista, que

apoiou fortemente o golpe, resultando em centenas de proposições cujos alvos prioritários eram a revisão da legislação de demarcação e proteção e das regras para exploração das terras indígenas. Com Bolsonaro, chegou ao poder um governo em conflito com os povos indígenas, que paralisou a demarcação e busca avançar na exploração econômica das terras indígenas, esvaziou os órgãos indigenistas e trouxe de volta a defesa da tese da “integração”. O que era risco com Temer tem se transformado, com Bolsonaro, em realidade, com retrocessos inaceitáveis em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

PARALISIA DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro prometeu que, se eleito, não demarcaria um só centímetro de terra indígena. Inegavelmente, está cumprindo esta promessa. Até o momento, são zero hectares demarcados, além de ter devolvido inúmeros processos à FUNAI.

TABELA 1: TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS E HOMOLOGADAS, POR PERÍODO PRESIDENCIAL

Presidente (período)	TIs Declaradas		TIs homologadas	
	Nº	Extensão (ha)	Nº	Extensão (ha)
Sarney/Itamar/Collor (abr 1985 a dez 1994)	136	42.822.144	195	46.208.142
Fernando H. Cardoso (jan 1995/dez 2002)	118	35.955.850	145	41.226.902
Luiz Inácio Lula da Silva (jan 2003/dez 2010)	81	13.291.661	87	18.785.766
Dilma Rousseff (jan 2011 a mai 2016)	26	2.028.672	21	3.268.955
Michel Temer (mai 2016 a abr 2018)	3	3.397.569	1	19.216
Jair Bolsonaro (jan 2019 - presente)	0	0	0	0

Em abril de 2020, o governo Bolsonaro deu passo importante para fragilizar o direito à terra originária pelos povos indígenas. Por meio da Portaria Normativa 09, a FUNAI passou a certificar imóveis rurais em terras indígenas não homologadas. Com isto, as 235 terras indígenas em processo de demarcação, assim como todas as áreas formalmente reivindicadas por grupos indígenas, em qualquer estágio do processo de análise, deixaram de ser restrição ao registro das propriedades no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (CAR/SICAR). Vale lembrar que, segundo levantamento do Ministério Público Federal, em 2020 havia 9.901 propriedades inscritas no CAR sobrepostas a terras indígenas em diferentes fases de regularização ou a áreas com restrição de uso.

O ENFRAQUECIMENTO DOS ÓRGÃOS INDIGENISTAS

Em seus primeiros atos, Bolsonaro buscou atacar as instâncias do Estado encarregadas de assegurar direitos indígenas e participação nas políticas públicas.

Na reforma administrativa promovida no início de seu mandato, a FUNAI foi duplamente atacada. Ela foi transferida para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e sua atribuição de demarcar terras indígenas foi transferida para o Ministério da Agricultura. No primeiro caso, uma mudança alinhada à orientação catequista e assimilacionista do governo Bolsonaro para a política indigenista. No segundo caso, para subordinar o direito à terra aos interesses dos ruralistas. O governo Bolsonaro sofreu dupla derrota, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, e a FUNAI persistiu no Ministério da Justiça.

Se não conseguiu promover as alterações executivas que pretendia, Bolsonaro deu sequência à política de sufocamento orçamentário da FUNAI. Em quase todos os anos após o golpe, exceto em 2018, os

recursos da FUNAI têm sido inferiores ao total empenhado em 2015. Em valores reais, o orçamento aprovado para 2021 é 12% menor que em 2015.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DA FUNAI*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, em 31 maio 2020. Para 2002 a 2020 - recursos empenhados; para 2021 - LOA.

* Em bilhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Ao sufocamento orçamentário, soma-se, no caso da FUNAI, uma intensa troca de ocupantes de cargos de chefia e de coordenação, com a substituição de técnicos com longa passagem pela instituição por indicados dos ruralistas. No caso dos profissionais encarregados da elaboração de laudos antropológicos, as mudanças objetivaram assegurar a contratação de pessoas alinhadas com a política de “demarcação zero” prometida por Bolsonaro.

Vale ainda lembrar que o Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI não se reúne desde 2016. Embora tenha escapado da sanha revogatória do governo Bolsonaro, que pretendia extinguir todos os conselhos de participação social em políticas públicas, o CNPI persiste sem atividade.

SAI PNGATI, ENTRE EXPLORAÇÃO PRIVADA EM TERRAS INDÍGENAS

Instituída em 2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI buscava assegurar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios. Para isso, entre seus objetivos principais, estava o fomento a ações que assegurassem o uso sustentável dos territórios indígenas, acompanhadas por um Comitê Gestor formado por governo e representações dos povos indígenas.

Ao contrário deste alinhamento com as previsões da Constituição, o governo Bolsonaro vem buscando alterar a legislação para autorizar a exploração econômica privada das riquezas presentes nos territórios indígenas. Além do esvaziamento das ações de fiscalização, submetendo os povos indígenas a uma violência crescente contra suas terras e sua vida, há duas medidas que capitaneiam este esforço do governo Bolsonaro.

O Projeto de lei 191/2020, proposto por Bolsonaro, pretende regulamentar a exploração de recursos minerais e a geração de energia elétrica em terras indígenas, mas, se aprovado, autorizará qualquer atividade econômica nas TIs, incluindo agricultura, pecuária e turismo. O projeto abre caminho para que, mediante parcerias e outros mecanismos jurídicos, grupos econômicos explorem e se apropriem, na prática, das terras e riquezas naturais que são, constitucionalmente, de usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Quanto à Instrução Normativa 01/2021, editada em conjunto pela FUNAI e pelo IBAMA, ela autoriza a “parceria” entre indígenas e não indígenas para a exploração econômica dos territórios, sem consulta aos afetados, no caso dos povos indígenas. Uma medida infralegal tomada para acelerar a entrega das riquezas dos territórios indígenas ao setor privado.

TENTATIVA DE ADOÇÃO DE POLÍTICA RACISTA DE IDENTIFICAÇÃO INDÍGENA

Em janeiro de 2021, o governo Bolsonaro fez nova incursão em sua estratégia de dar nova orientação à política indigenista brasileira. Por meio da Resolução 04/2021, a FUNAI estabeleceu novos critérios para a “heteroidentificação” de indígenas no Brasil. Basicamente, esta medida define que a FUNAI passará a definir quem é e quem não é indígena no Brasil, o que antes era um papel dos próprios indígenas, um direito garantido pela Constituição Federal e por tratados internacionais assinados pelo país, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A medida foi denunciada como racista e tornou-se objeto de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, sob argumento de inconstitucionalidade. Em maio de 2021, a Resolução foi suspensa pelo STF.

A FRAGILIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA

O golpe de 2016 interrompeu o processo de fortalecimento da atenção à saúde indígena. O primeiro impacto veio da extinção do programa Mais Médicos, que havia levado profissionais aos 34 DSEIs. Como em 56% deles, os médicos em atividade eram cubanos e o programa substituto criado por Bolsonaro não conseguiu preencher a integralidade dessas vagas, o atendimento às populações indígenas se deteriorou, como mostra a elevação da taxa de mortalidade de bebês indígenas já em 2019.

Embora tenha sido obrigado a recuar de sua intenção de extinguir a SESAI, o governo Bolsonaro foi omissivo na prevenção, controle e cuidado das populações indígenas frente à pandemia da COVID-19.

Foram afetados 163 territórios e, até 31.05.2021, havia 54.785 casos confirmados e 1.092 mortes entre indígenas.

O plano de ação federal para combater a COVID-19 em territórios indígenas somente foi implementado sob ordem do STF, que exigiu três reformulações nas propostas, consideradas insuficientes. Por falta de informação, muitos indígenas se recusaram a realizar testes e, devido a *fake news*, há oposição à vacina. O número de cestas básicas distribuídas tem sido insuficiente, assim como a oferta de água. Insumos para atendimento e profissionais para assegurar atenção à saúde não chegaram a territórios não homologados. Em suma, o governo Bolsonaro reproduz, entre os indígenas, a mesma política genocida omissa que adotou para o conjunto do Brasil.